



SUBSTITUTIVO № 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 30/2025

Altera a Lei Complementar nº 827, de 10 de julho de 2012, de modo a reformular a regulamentação sobre cavalgadas no Município de Araraquara.

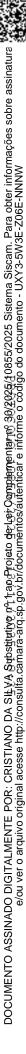
Art. 1º A Lei Complementar nº 827, de 10 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

V - a presença de médico veterinário é obrigatória durante todo o percurso do evento para monitoramento e atendimento dos animais.
§ 1º A infração ao disposto no inciso I deste artigo acarreta multa ao organizador do evento no importe de 10 (dez) Unidades Fiscais Municipais (UFMs).
§ 2º A infração ao disposto no inciso III deste artigo acarreta multa ao proprietário do animal no importe de 100 (cem) UFM por animal.
Art. 49-H. São vedadas as seguintes práticas:
I – uso de esporas, chicotes e quaisquer dispositivos que causem dor ou lesões aos animais, ressalvada a utilização de adorno ou parte da vestimenta tradicional do peão, destinada apenas à caracterização cultural, em conformidade com a Lei Federal nº 10.519/2002, bem como o uso de adorno tradicionais adequados reconhecidos como elementos do patrimônio cultural, desde que não provoquem ferimentos ou sofrimento aos animais;
II – uso de acessórios que comprometam o bem-estar dos animais, devendo ser empregados apenas arreios adequados, em boas condições e que não causem danos ou sofrimento ao animal;
Art. 49-I
I – os animais devem ser transportados em veículos adequados, garantindo espaço, ventilação e segurança, sendo assegurado acesso à água e sombra em pontos de parada apropriados: " (NR)

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

2012.

Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 49-G da Lei Complementar nº 827, de





Sala de Sessões "Plínio de Carvalho", 13 de novembro de 2025.

CRISTIANO DA SILVA, CORONEL PRADO, DR. LELO, ENFERMEIRO DELMIRAN





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 827, de 10 de julho de 2012, alterando a regulamentação da prática de cavalgadas no Município de Araraquara.

A proposta decorre de amplo diálogo com representantes de cavalgadas, comissões de organizadores e defensores da cultura rural local, que identificaram a necessidade de adequações na legislação para garantir viabilidade prática, respeito às tradições culturais e segurança jurídica.

Entre os pontos centrais da revisão, destacam-se:

Exequibilidade dos prazos e requisitos documentais: a exigência de lista prévia de animais e tutores, apresentada 15 dias antes do evento, mostrou-se incompatível com a realidade das cavalgadas, em que muitos participantes decidem pela adesão no próprio dia. Sua supressão, portanto, torna a lei aplicável, sem prejuízo da fiscalização no momento do evento.

Patrimônio cultural e tradições rurais: a utilização de adornos e arreios integra a cultura das cavalgadas e dos esportes equestres. Contudo, a legislação municipal agora prevê, de forma equilibrada, que apenas sejam admitidos arreios adequados e adornos, que não provoquem ferimentos ou sofrimento aos animais, conciliando tradição e bem-estar.

A proposta busca estabelecer um equilíbrio entre a preservação dessas manifestações culturais e a proteção ao bem-estar animal, permitindo apenas o uso de arreios adequados e adornos da vestimenta tradicional do peão. Dessa forma, a norma assegura a continuidade das tradições regionais, em conformidade com as Leis Federais nº 13.364/2016 e 10.519/2002, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso ético de respeito e cuidado com os animais.

Responsabilização justa: as multas foram ajustadas para que incidam sobre o responsável direto pela infração, distinguindo o papel do organizador do evento (no cumprimento de requisitos gerais) e do proprietário do animal (quanto à identificação e cuidados específicos).

A medida está em conformidade com a Lei Federal nº 13.364/2016, que reconhece o rodeio, a vaquejada e demais expressões equestres como patrimônio cultural imaterial do Brasil, e com a Lei Federal nº 10.519/2002, que estabelece normas de proteção à saúde e integridade física dos animais nessas práticas.

Além disso, ao regulamentar com clareza as responsabilidades e condições, este projeto busca fortalecer a cultura rural, estimular o turismo e a economia local e garantir





segurança jurídica para os eventos de cavalgada em Araraquara, que fazem parte da identidade histórica e cultural da nossa região.

Sala de Sessões "Plínio de Carvalho", 13 de novembro de 2025.

CRISTIANO DA SILVA, CORONEL PRADO, DR. LELO, ENFERMEIRO DELMIRAN





ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=UXY35W3EZ06ENNNW , ou vá até o site https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: UXY3-5W3E-Z06E-NNNW